CARTAS DA ROÇA AO PRESIDENTE:
OS CAMPONESES ANTE VARGAS E PERÓN

Vanderlei Vazelesk Ribeiro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
e-mail Vazelesk@uol.com.br

Resumo:

Neste texto discute-se o teor das cartas escritas por trabalhadores rurais a Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, nas quais buscavam resolver desde questões cotidianas até situações como o acesso à terra e relações de trabalho. Analisa-se também como os missivistas procuraram apropriar-se do discurso governamental para conquistar seus objetivos. Reflete-se, ainda, sobre o tratamento que as burocracias davam a esta correspondência, avaliando também como a resposta à ela poderia ser mais uma forma de propaganda dos regimes no meio agrário.

Palavras-chave: Trabalhadores rurais - Participação Política – Estado.

Abstract:

The aim of this article is to discuss the letters written by rural workers to Getúlio Vargas and Juan Domingo Perón, through which they sought to sort out situations which went from everyday life's matters to those concerning the access to land and work relations. It analyses the way the missivists sought to incorporate the government's discourse in order to fulfill their purposes. Furthermore it considers bureaucracy's procedures towards the correspondence, evaluating to what extent the answer to those appeals could have worked as state propaganda in rural areas.

Keywords: Rural workers; Political participation; State.

Em 1940, Manuel dos Santos Rosa compareceu à Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, na cidade do Rio de Janeiro. Levava consigo documentos exigidos para poder tomar posse de um lote no núcleo colonial de São Bento (Nova Iguaçu) próximo à antiga capital brasileira. Foi informado de que não poderia apossar-se do lote pois tinha apenas um filho menor de idade, apesar de possuir ainda seis maiores. A legislação em vigor dava preferência a quem tivesse pelo menos cinco filhos menores de idade. Manuel escreveu ao Ministro da Agricultura explicando: "Tenho seis filhos maiores, mas estes já têm filhos e meus filhos estão todos desempregados. Tenho de ajudar a criar meus netinhos." Diante de nova negativa, Manuel insistiu, agora junto ao presidente Getúlio Vargas: "Tenho a certeza de que como pai e avô amantíssimo, o senhor me ajudará a criar meus netinhos." E ainda acrescentava: "Tenho emoldurando na minha sala o retrato de vossa excelência." Manuel mostra a

certeza de que será atendido pelo pai e avô Getúlio, que não deixará ao desamparo um pai e avô como ele.[1]

Para o carioca candidato a camponês, o fato de ele ter necessidades deveria, sem dúvida, suplantar a lei em vigor posto que, além de ser algo de justiça, era algo para auxiliar um brasileiro que cumpria o seu dever de ajudar a cuidar seus netos (o Estado Novo valorizava sobremodo a idéia de família), e mais ainda, alguém comprometido com o regime. A esperança de Manuel está quase transformada em certeza.

Em 1949, José Gonzáles escreveu desde San Juan Del Pazo, província de Buenos Aires, para "La Dama de la Esperanza", como chamava Eva Perón. Pedia que ela o ajudasse a conquistar algo para seu pai: "Meu pai Otonio é filho natural do general Prudêncio, que foi assistente do General Roca. Prudêncio ganhou oitenta a oitenta e quatro quadras de terras, mas não as ocupou por doença e falecimento posterior. Peço à senhora uma caridade para que consiga as terras". Gonzáles não sabia dizer onde estavam as terras, muito menos o nome da propriedade, como lhe fora pedido em uma primeira resposta governamental.. Todavia, acreditava que a palavra de Eva Perón, la "madrecita de los trabajadores"[2] ao presidente Perón, poderia fazer com que fossem localizadas suas pretensas terras.

O que têm em comum um carioca que pretendia emigrar para o meio agrário e um camponês argentino que tentava uma improbabilíssima conquista de terras? Ambos não conseguiram seus objetivos: Manuel ficou mesmo sem seu lote, e a burocracia peronista nada pôde fazer para localizar as terras de José Gonzáles. Porém, acima destes pontos, os dois mostram uma semelhança que atravessa todo este trabalho: ambos demonstravam a crença de que o "govierno superior de la Nación", como se diz na Argentina ou o "chefe do Estado Novo" no Brasil, teria condições para resolver problemas insolúveis no plano local ou regional.

A noção de que o chefe do Poder Executivo pode tudo resolver está muito presente, e não é nova. Marc Bloch analisou, em "Reis Taumaturgos", como era popular durante a Idade Média, a crença de que os reis da França e da Inglaterra poderiam curar, a partir de seus toques régios, as escrófulas (feridas) que, aliás, eram chamadas na França de "mal dos reis". De nobres a camponeses, muitos não só nascidos nestes países, buscavam a cura a partir do toque régio (Bloch, 1993: 67-68).

---

[1] Ver: Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, série Ministério da Agricultura, lata 331, Processo 13125/1940.

[2] Ver Archivo Intermédio, Ministério Del Interior, Caja 99 Processo 71387. As cartas vindas da Argentina foram traduzidas livremente pelo autor.

Se no Brasil varguista ou na Argentina peronista não havia, durante meados do século XX, ninguém buscando o Presidente da República para literalmente curar feridas, havia sim, centenas de milhares de pessoas que viam nele a última esperança, como lembrava Nelson Limoeiro Castelo Branco ao escrever de Belo Horizonte: "Abaixo de Deus, só posso recorrer ao presidente do meu país".

Desta maneira, o que aqui se vai contar não é uma história de objetivos alcançados, mas sim de tentativas muitas vezes frustradas. É, antes de tudo, uma reflexão sobre como os trabalhadores, em certos casos morando a centenas de quilômetros das capitais de seus países, tentaram apropriar-se do discurso oficial e, ao mesmo tempo, estigmatizar como adversários do regime, aqueles que lhes eram opostos.

Não se fez aqui uma sistematização quantitativa destas cartas, apenas um levantamento, uma amostra certamente incompleta, especialmente para o caso argentino. Naquele país, a burocracia peronista incentivava abertamente que se escrevesse a Perón e a Evita. Exemplares do jornal Mundo Peronista mostravam em imagens as cartas saindo do correio, chegando à Casa Rosada, indo para a Mesa Geral de Entradas e, finalmente, após circular por vários gabinetes, sendo assinada por Evita.[3]

No Brasil, se não encontramos o incentivo direto a que se escrevesse ao Presidente, concordamos com Jorge Ferreira quando lembra que a carta formava um processo, circulava entre as repartições públicas e, finalmente, chegava ao missivista uma resposta (Ferreira, 1995: 35). No caso argentino, aliás, nem sempre notamos este mesmo cuidado com as cartas enviadas à Casa Rosada. Não sabemos se este fenômeno deve-se ao fato de já existir na Argentina uma estrutura sindical agrária minimamente organizada, o que levaria a burocracia central a não sentir necessidade de manter o canal aberto pelos missivistas, ou à destruição a que boa parte da documentação produzida no período peronista foi submetida após o golpe militar que derrubou Perón, em 1955.

De qualquer forma, se Maria Helena Capelato estudou a comparação da propaganda dos regimes de Vargas e Perón (Capelato, 1998: 9-14), nosso trabalho é um auscultar o eco desta propaganda. Quando o trabalhador escrevia ao seu presidente, acabava mostrando ter captado o discurso oficial e procurava transpô-lo para a sua realidade, adaptando a fala governamental às suas condições. Se havia uma propaganda oficial em favor do regime na qual, como demonstra Capelato (Op. cit), o rádio teve papel essencial, agora reflitamos sobre a resposta a esta propaganda vinda do campo. Mesmo que não se fale diretamente de uma fazenda, pensemos no campo, visto desde a cidade como uma janela de

[3]Ver: Mundo Peronista, janeiro de 1952: 13.

oportunidades, não só para o trabalhador como para o país. Pensar o discurso formulado a partir das cartas, é fazer uma interpretação particular a respeito de uma situação na qual o roceiro tem uma única alternativa: escrever ao seu Presidente.

Vale salientar que ambos os regimes esboçavam uma política agrária: No Brasil, o Estado Novo incentivava a imigração para o Oeste na busca de ampliar o mercado consumidor para a indústria e tirar da cidade os excessos populacionais. No segundo governo Vargas, o discurso de reforma agrária tomou mais corpo, expresso na criação da Comissão Nacional de Política Agrária que, em 1953, chegou a propor a desapropriação, pagando-se ao proprietário a partir do custo histórico das terras mais as benfeitorias; além disso, desde o Estado Novo já se ensaiavam projetos de colonização que tentavam beneficiar pequenos proprietários, que seriam instalados no Centro-Oeste, Amazônia e mesmo nos subúrbios da baixada do Rio de Janeiro. Na Argentina, a legislação trabalhista esboçada, mas não decretada no Brasil, materializou-se no Estatuto del Peón, estendendo à roça os direitos trabalhistas. Além do mais, o setor arrendatário foi contemplado com o congelamento dos arrendamentos rurais, menos de seis meses depois da ascensão do Grupo de Oficiais Unidos ao poder. Desta forma, não falamos apenas de uma propaganda sem qualquer correspondência nas ações governamentais, embora estas ações fossem muito limitadas, principalmente no Brasil, alcançando poucos trabalhadores do campo.[4]

Dividiremos esta análise em três seções, divisão esta que servirá como referência para o leitor. Na primeira, serão discutidos os conflitos de terra, procurando mostrar as oposições feitas pelos roceiros e como tentaram remediar sua situação. Na segunda, reflete-se sobre os pedidos de lotes de terras ou de dinheiro para adquiri-las, freqüentes no Brasil e mais raros na Argentina. Finalmente analisamos os pedidos mais gerais, mostrando momentos em que o trabalhador pede condições para continuar na lavoura. Buscamos, assim, refletir sobre um aspecto das realidades brasileira e argentina, ainda pouco trabalhado: a situação dos camponeses, entendidos aqui como um complexo rol de arrendatários, assalariados, moradores, posseiros, etc., face aos regimes varguista e peronista. Se são raras as obras que se dedicam a avaliar projetos agrários de ambos os regimes, são ainda mais escassas aquelas que se debruçam sobre a participação dos roceiros durante os mesmos, devido à noção ainda muito enraizada de que os trabalhadores rurais continuaram sob rigorosa tutela dos fazendeiros, sem terem acesso aos meios de comunicação, e sem que os respectivos governos tivessem interesse em incorporá-los ao seu

[4] Ver: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk A Roça y la Campaña: a Questão Agrária no Varguismo e no Peronismo. Niterói, UFF, tese de doutorado, abril de 2006, Capítulo 1, p. 23/32.

modelo econômico e político (Devoto e Fausto, 2005: 135-149). Todavia, quando visitamos os arquivos, tanto o Nacional, como o Archivo de la Nación Argentina, o que encontramos não é a figura de um camponês alienado, que nada entende das mudanças que se operam em seu país, mas sim gente que, dentro de suas limitadas possibilidades, procura manobrar com oposições e reafirmações que possam favorecê-los. Assim, busquemos agora um olhar mais detido sobre estes missivistas roceiros.[5]

1. Brasileiros de Corpo e Alma e Fervientes Peronistas: Conflitos de Terras na Mesa do Presidente

Os conflitos de terra de pequena magnitude marcaram tanto o período Estado Novista, como o segundo governo Vargas. No caso argentino, também encontramos registros de posseiros sendo expulsos de terras que cultivavam e que recorriam ao Presidente Perón. Há, entretanto, duas diferenças fundamentais: No Brasil, normalmente o modo de escrever remete à idéia de caridade que o Presidente pode praticar, corrigindo uma injustiça. No caso argentino, encontramos mais amiúde o tom reivindicatório de um direito, através da qual não se pede "a esmola de um auxílio", como é tão comum em nosso país.. Por outro lado, no Brasil é menos freqüente a presença de mediadores como sindicatos ou associações, o que no caso da Argentina é mais presente.

Comecemos pela história de Joel Claudino Pereira. De Londrina, Paraná, escrevia contando sua desgraça: comprara uma posse de Silvério Machado e quando trouxera sua mãe doente e seu pai paralítico para Londrina, fora expulso por policiais e jagunços. "Levaram até faca de cozinha", lembrava. E sublinhava: "estou reduzido a zero e não posso cumprir com meu dever de brasileiro". Assim, Claudino não fazia um pedido apenas para ele, mas procurava

[5]Na Argentina apenas o trabalho de Humberto Mascali (1986) discute acerca da atuação dos sindicatos rurais no período peronista Não conhecemos nenhum trabalho que discuta a correspondência enviada a Perón mesmo por trabalhadores urbanos. No caso brasileiro, além de Trabalhadores do Brasil, de Jorge Ferreira, temos a tese de José Roberto Franco Reis (2002), onde este chega a analisar cartas de trabalhadores do campo.

envolver o Presidente ao mostrar não estar defendendo um interesse pessoal, mas um interesse de toda a Pátria, para a qual ele queria contribuir. Claudino agrega à sua carta uma escrita por seu pai, José Claudino Pereira. Ele conta suas sagas desde 1932, quando em Presidente Venceslau (São Paulo) fora expulso no momento em que as terras estavam prontas para a colheita: "Vão prendendo e castigando sem os pobre devê nada", acrescentava nos versos que enviara, já em 1932, ao interventor do Estado. José Claudino tinha certeza de que sua carta, mesmo que tivesse passado pelo interventor, não chegara ao Presidente, como recorda no fim de seus versos: "Só quando for atendido de Doutor Getulio Varga. Aí teremos direito. Seremos recompensado." O sr. José tinha total desconfiança no poder local que, para ele, era intimamente ligado aos mandões da terra: "Parece até que são coadjuvado do secretário de justiça e do interventor do Estado". Para pai e filho, o poder local aparece como intrinsecamente ligado à "jagunçada", à "grilaiada" que, graças à cooperação destas autoridades, "estão na mesma liberdade". Esta oposição poder local *versus* poder central, o segundo justo e magnânimo, enquanto o primeiro estava plenamente comprometido com as injustiças e arbitrariedades, será freqüente em diversos conflitos, tanto no Brasil como na Argentina.

A família de Claudino ficou mesmo sem as terras. Mas o importante aqui é perceber o tratamento dado ao seu processo, que foi enviado à Interventoria Federal no Paraná, daí para a Inspetoria de Terras e de lá vindo a informação de que Joel Claudino fora processado por ter invadido as terras do espólio de Miguel Ângelo da Cruz, administrado pelo advogado Ruy de Camargo, havendo uma ordem judicial de despejo. Mais ainda: segundo a informação, Silvério era um grileiro especialista em vender terras que não lhe pertenciam. Contudo, saliente-se que, ao contrário do que se poderia esperar, a carta não ficou dormindo nos gabinetes, indo para a Interventoria; e, afinal, Joel teve uma resposta que, certamente, não lhe agradou.[6] De qualquer forma, salientemos que, apesar de não acatar o seu pedido, os burocratas do Estado Novo não deixaram de buscar informar-se a respeito, o que denota a necessidade de atender ao contato vindo de Londrina.

Nem sempre o atendimento era tão atencioso. João Nicolau Escobar escreveu de Barreiro Seco (Mato Grosso) explicando que ocupava, com outros companheiros, uma posse nas terras da poderosa Companhia Mate Laranjeira. Buscava requerer a propriedade junto à Comissão Especial de Faixa de Fronteiras, e quando os dirigentes da Mate souberam, procuraram expulsá-los.

[6]Ver: Arquivo Nacional, Fundo GCPR, Ministério da Agricultura, lata 331, Processo 12450/41.

Acabaram presos, tendo de pagar taxas de carceragem.

Do mesmo Mato Grosso, José Afonso da Silva ingressava junto ao Tribunal de Justiça Especial contra Elias Milan, reclamando da expulsão de que ele e cerca de seis posseiros foram vítimas. Depois de expulsos e presos, o subdelegado de Maracaju também lhes cobrou taxa de carceragem. Quando tentaram o auxílio na Justiça, ao menos para receber indenizações, foram informados de que nada podia ser feito, pois quem executaria qualquer ordem seria justamente o subdelegado que os prendera. Afonso, provavelmente mais informado que Nicolau, explica: "não registrei minha posse porque aqui é muito caro", e sugeria que o registro de posses como a dele de dez hectares pudesse ser feito gratuitamente, para não tornar letra morta "leis tão sábias e justas".

Tanto em Nicolau como em Afonso, temos uma oposição clara que estabelecem em seus textos. A Mate Laranjeira que expulsou Nicolau, era uma empresa Argentina que, até 1945, exercia um fantástico poder no Mato Grosso e no Oeste do Paraná, controlando portos, ferrovias e povoados. José Afonso e seus amigos foram expulsos por um sírio. Ambos lembravam que foram cometidos dois crimes: um contra a economia popular - "brasileiros são impedidos de colher após terem plantado por estrangeiros", lembra José Afonso; outro contra o Estado Novo, pois "somos guardiões da Fronteira" lembra ainda o missivista. No caso de Nicolau, em carta pouco detalhada, a resposta da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras foi no sentido de que procurasse a Justiça estadual. Já no caso de Afonso, o subdelegado de Maracaju foi substituído, concluindo-se pela necessidade de uma vistoria *in loco* para saber se o título de terras que o sírio Milan alegava possuir era falso. Desta maneira, o governo não perdia a oportunidade do contato feito e, pelo que pudemos perceber, havia ao menos um esforço para informar-se a respeito do que acontecia interior afora.[7]

Já na Argentina, os conflitos encontram um maior número de mediadores. De Buenos Aires, Vitorino Ponce, membro da Unidade Básica do Partido Justicialista, escreve a Perón protestando contra a situação de um grupo de posseiros de Quitilipe, no então território nacional do Chaco: trabalhadores quiseram cultivar e foram expulsos e presos. "Fizeram-nos trotar para que se rissem deles. Pergunto se isso é justiça! É isso o que Perón recomenda todos os dias ou as autoridades querem burlar as ordens?" Agrega ainda um abaixo-assinado onde vários colonos, dentre os quais Juan Onkzaruk (de origem polaca), contam: "há anos pedimos terras na Direção Geral e não conseguimos. Depois de enviarmos

[7] Quanto ao processo de José Afonso ver: Arquivo Nacional, Brasília, Fundo Ministério do Trabalho, Caixa 321, Processo 2369. Quanto ao processo de Escobar Cf:: Arquivo Nacional, Fundo Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, Lata 149, Processo 256/41. Quanto ao poder da companhia mate Laranjeira ver: Relatório de Dulph Pinheiro Machado. Fundo CEFF, lata 252, P: 205-212. Ver também Arquivo Oswaldo Aranha OACP Correspondência Política 1943-08-31.

um telegrama à senhora Eva Perón fomos recebidos pelo governador, que nos recomendou voltar à Direção Geral de Terras. Novamente não fomos atendidos e pedimos ajuda da Federação Agrária. Agora que começamos a plantar, fomos expulsos, presos e temos de pagar multas". O tom de indignação é bem diferente dos textos produzidos no Brasil: "os policiais nos prenderam porque se comprazem em agradar a um homem como Antonio Traviesa, um antiprogressista que quer uma légua de campo só para acumular, não tendo como cultivá-lo". Traviesa era o arrendatário (a terra era pública) que buscava expulsar os intrusos. A palavra *intruso* tem aqui um significado importante: pelo que pudemos perceber, o posseiro, reconhecido no Brasil, como aquele que cultiva a terra, mesmo sem o título de propriedade, não tem o mesmo reconhecimento na Argentina, onde a noção de propriedade registrada parece ser muito mais valorizada. Afonso, por exemplo, ao escrever de Mato Grosso, não sentia embaraço para justificar o não registro. No caso argentino, o que se tentava agora na carta dos camponeses, apoiada por Vitorino Ponce, era estabelecer a contradição que o próprio Presidente já fizera: "La tierra no es bien de renta, sino de trabajo", afirmava todos os dias Perón. Ora, se Traviesa não tinha como cuidar das terras, não tinha como cultivá-la; logo, ela deveria pertencer aos trabalhadores que a desejavam. A indignação dos posseiros não parava: "queríamos produzir, para cumprir a ordem de nosso líder". Assim, a expulsão seguida de prisão, ganhava dupla natureza injusta: de um lado, guardava-se a terra para alguém que só queria acumulá-la; de outro, impedia-se que trabalhadores cumprissem a determinação do Presidente Perón.

O mesmo argumento foi apresentado em 1948 pelo Sindicato de Colonos de Coronel Dugrat, também no Chaco. Este Sindicato enviara um telegrama à Evita explicando que Hisidro Torres e outros foram expulsos e presos, pois tentavam semear no campo Avançada, onde havia apenas pecuária. "Queriam semear no momento em que o general Perón mandava produzir". Como agiu o governo? No caso de Quitilipe, houve diligências não em relação à terra, pois Traviesa afirmou que continuava pagando arrendamento ao fisco, o que foi confirmado pelo Juiz letrado local, mas em relação à denúncia de maus tratos que policiais infligiram aos presos. Houve diligência e depoimentos tomados de dois que ainda estavam detidos: Juan Onkzaruk e Faustino Miño. Evidentemente, eles negaram ter sofrido quaisquer maus tratos, pois continuavam sob custódia policial numa cidade pequena. Já no caso de Hisidro Torres, simplesmente afirmou-se a intrusão, ou seja, que ele continuava preso por plantar em terra que não lhe pertencia.[8]

[8] O processo que envolve membros de Quitilipe pode ser localizado em: Archivo Intermédio, Ministério Del Interior, cajá 89, Processo 71245; Já o de Coronel Dugrat pode ser avaliado em: idem cajá 90, Processo 71972.

Se na Argentina peronista os conflitos de terra desenvolviam-se com os posseiros tentando garantir a manutenção de suas roças (no processo de Quitilipe, alegou-se que como a Federação Agrária Argentina e a Unidade Básica do Partido estavam recorrendo, os posseiros poderiam continuar cultivando a terra), no Brasil do segundo governo Vargas, os camponeses continuavam escrevendo ao Presidente que voltara ao poder pela via eleitoral.

O Norte do Paraná continuava a ser foco de importantes conflitos rurais, como a "guerrilha de Porecatu", onde o novamente ilegalizado Partido Comunista do Brasil tentou fazer da guerra dos posseiros que lutavam contra a expulsão (1948/51), o foco inicial da Revolução Brasileira [9] (Costa, 1996: 23). Deste Norte do Paraná, que já parecera o eldorado para milhares de brasileiros que para lá se deslocavam, chega a carta de José Arruda de Oliveira. A carta não serve apenas para pedir, mas também contar sua vida: "Trabalhei na Bahia em cinqüenta e cinco tarefas de cacau, mas só recebi mil cruzeiros por pé. Tenho sofrido muito na unha dos tubarões. Eu não queria trabalhar mais para os tubarões." *Tubarão,* na linguagem da época, era o explorador que não plantava, mas colhia o resultado de seu plantio. Arruda continuava: "Formei quatro alqueire de café, e tenho uma posse. Mas agora homem da companhia agrícola de Catanduva diz que a terra é deles. Eu agaranto que é mata do Estado." Ser mata do Estado abria para Arruda a esperança de que pudesse ficar em paz: "eu assisti o seu comício em Londrina e fiquei muito satisfeito. Eu queria muito conversar com o senhor pra contar o que acontece aqui no Paraná."

Como os camponeses russos dos tempos czaristas (Wolin, 1980), Arruda provavelmente pensava que conversar com o Presidente seria a possibilidade de expor os problemas, explicar e, afinal, resolver. Ele terminava lembrando que queria buscar um irmão e dois cunhados que sofriam na seca cearense: "Eu queria pedi uma esmola porque o meu dinheiro acabou". O processo de Arruda, afinal, foi remetido ao Paraná, mas ele não foi encontrado, o que nos faz pensar que realmente deixou sua posse, como tantos faziam. Apesar da letra incompreensível, Arruda nos mostra que no distante norte paranaense, a voz oficial chegava a um homem simples

9O Partido comunista do Brasil (PCB) viveu um curto período de legalidade entre 1945 e 1947, ganhando importante impulso, o que levou ao temor de que chegasse ao poder pelo voto.

que tentava ver nela a saída para sua angústia.[10]

Os conflitos se multiplicavam. Na ainda hoje distante Aquidauana, no atual Mato Grosso do Sul, temos uma situação na qual as duas partes envolvidas tentam sensibilizar o governo. Carlos Augusto Perdigão escrevia a Vargas protestando contra a presença de posseiros em sua fazenda. Houve uma proposta, vetada pelo governador do Estado, para que ela fosse transformada em colônia agrícola estadual. Assim mesmo, segundo ele, posseiros foram instalados e apoiados por um coletor de rendas do Estado, seu inimigo político, plantando e colhendo na região. "Minhas terras só se prestam para a pecuária", argumento aliás muito utilizado pelos grandes proprietários de Mato Grosso. O Ministério da Agricultura procurou informar-se e aqui, o que percebemos era que o possível líder dos posseiros, Moreno Duarte, também escrevia ao Presidente protestando contra a possibilidade de ele e seus companheiros serem instalados em outra região. Neste caso, apenas houve o esforço para que se informasse à burocracia central sobre as demarches matogrossenses.[11]

Em alguns casos, o trabalhador entendendo que perdera mesmo a terra, tentava ao menos buscar uma indenização junto ao Presidente. Se no Estado Novo, a principal oposição além daquela que estabelecia antítese (local *versus* central) era a que antagonizava (nacional *versus* estrangeiro), agora era importante mostrar que o adversário era um opositor de Vargas. Foi isso que procurou fazer Joaquim Borges de Lima, que escrevia desde Ouro Fino. Trabalhava para Remo Morgante, um "udenista forte, que trabalhô muito para o brigadeiro", em provável referência a Eduardo Gomes, candidato udenista derrotado por Vargas, em 1950. Joaquim não estava em casa quando chegaram "um oficiar e dois soldado com orde de saí em duas hora...a minha muié teve uma vertis...". A vida de Joaquim se transformara "meus filho foro embora, minha muié tanto que ama a casinha dela, incasquetô no juízo, ficô lôca. Os médico não acha ponto de cura." Mas uma esperança ainda o movia: "os cabo eleitorar do PTB falaram: escreve pro Getúlio. Ele é o pai da pobreza e vai ficá chateado com a injustícia que o Remo Morgante fez pra você". O que Joaquim queria era a indenização para tentar reconstruir a vida, já bastante complicada. Neste caso, talvez pelo federalismo já estar restaurado, a lacônica recomendação de Lourival Fontes, antigo chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda e agora Secretário da

[1]0O processo de José Arruda pode ser encontrado em: Arquivo Nacional fundo GCPR, 48416/51. Vale lembrar que para o segundo governo Vargas a documentação não está organizada. O que temos são gavetas com fichas, que podem ou não levar o pesquisador as cartas enviadas a Vargas.

11O processo de Perdigão pode ser encontrado em: Arquivo Nacional, Fundo GCPR, Protocolo 7417/53.

Presidência da República, foi a Justiça estadual. [12]

Justiça estadual também foi o caminho recomendado a Antonio Martins Eduardo. Escrevendo desde Senador Firmino, em Minas Gerais, ele conta sua amargura. Trabalhava há mais de vinte e cinco anos para o fazendeiro José da Veiga Pinto: "ele disse que nada ia me faltar". Mas agora como "não votei no partido dele o PR, votei no PTB porque é o meu partido", ele me expulsou. Eduardo queria uma indenização. Lembrava que constituíra um advogado, mas "não fez nada por mim". A palavra do presidente ganha aqui papel de relevo: "um vosso conselho pode fazer ele esforçar." Eduardo já se separara de sua esposa. Anexou, além da lista das árvores plantadas em casa, uma carta onde ela tentava escrever ao Juiz da cidade, que nos mostra a razão de terem se separado. Maria lembrava na carta que o fazendeiro "é casado com um mulher doente que não pode certas obediências que as mulheres devem aos maridos". E ela mesma reconhecia ter prestado durante todos aqueles anos favores sexuais ao patrão. "Eu só errei com ele. Agora que não quero mais, ele disse: "Vou fazer-vos mais ruindade".

De fato, o fazendeiro conhecido como Ponga acusava de ladrão a um filho de Maria e Antônio. "E agora o meu marido me largou." Por que Antônio, filho do conservador interior mineiro, não teve pejo em expor sua situação de marido traído ao Presidente da República? Evidentemente, só podemos supor. Talvez ele já se sentisse mesmo tão perdido, sem terra, sem dinheiro, sem família, que efetivamente achasse que era preciso mostrar a Vargas seu drama em toda magnitude, a fim de que o Presidente dele se apiadasse e lhe trouxesse uma solução rápida que, afinal, não veio. Podemos, contudo, imaginar o impacto para Eduardo de uma simples resposta do Catete.[13]

Ainda de Minas Gerais na divisa com a Bahia, José Correia do Nascimento escrevia liderando um grupo de trabalhadores que cultivava a terra em uma ilha do Rio São Francisco. João Agrário de Queiroz, "homem mau e indisciplinado", expulsou-os sob ameaça de morte, com o auxílio de soldados. João "subornou as autoridades" e quando Nascimento e seus amigos procuraram a Justiça, "disseram que a lavoura não conta nada, que o que vale é o dinheiro e o gatilho". O missivista lembrava: "só temos Deus no céu universal e vós na terra brasileira." Mais uma vez o Presidente aparece como representante de Deus na Terra, aquele que vem de longe para reparar a injustiça. Assim mesmo, era recomendado que os missivistas se dirigissem à

[12]2Ver: arquivo Nacional Fundo GCPR, Protocolo 47939/51
[13]3Ver arquivo Nacional, fundo GCPR, 43276/51.

justiça estadual.[14]

Diferentemente do período estadonovista, muitas vezes recomendava-se o remédio jurídico, mesmo que a Justiça local já fosse denunciada na própria carta. Foi o que teve como resposta José Julio Costa. Escrevia de Fortaleza (Ceará) explicando que Aristeu Andrade, filho do conhecido político Manuel Andrade, expulsara cinco colonos ao saber que votaram por Getúlio, e não pelo brigadeiro. Aqui Julio agregava um outro aspecto: os colonos eram todos evangélicos e as autoridades "são católicos praticantes". Tudo fora destruído, sem nenhuma indenização. O pastor evangélico de Pacatuba, cidade dos fatos, fora ao Juiz, mas ele não chegou a uma conclusão, "patenteando a declaração do senhor Aristeu Andrade de que não haveria justiça para ele". Julio lembrava o discurso de primeiro mês de governo do presidente, quando este afirmava estar "voltado para os pequeninos, que não tinham proteção das autoridades". Os colonos, no texto de Julio, igualavam-se aos pequeninos de Cristo, que precisavam da proteção do Presidente da República. Notemos que Júlio já é um mediador, pois nem sabemos o nome dos colonos expulsos.[15]

Enquanto no Brasil do segundo governo Vargas os conflitos de terra se avolumavam, na Argentina, deputados lembravam que arrendatários eram expulsos contra a lei que protegia os que cultivavam a terra, pois os despejos só poderiam ser autorizados mediante aprovação da Câmara Paritária de Arrendamentos (Lei 13.246/1948), ao mesmo tempo que os confrontos pipocavam nas zonas agrárias. Um conflito desta ordem mostra-nos a carta de Adrian Chaves. Escrevendo de colônia Dora, em Santiago Del Estero, acompanhando outros dez arrendatários, esclarecia: "somos arrendatários e o adquirente Roberto M. Lucena quer desalojar-nos, depois de termos gerado e criados nossos filhos, que estudam na escola 2222 desta zona." Lembrava ainda que o pedido já era de conhecimento do Presidente da República. A resposta foi no sentido de que a desapropriação seria tratada no Ministério da Agricultura e o despejo não poderia ser feito sem que fosse ouvida a Câmara Central de Arrendamentos.

A carta de Adrian, que agregava pedidos de arrendatários como Napoleón De Az, e Cecílio Soares, e outros oito companheiros, chama-nos a atenção por um detalhe: não se pede aqui uma caridade, e sim, reivindica-se um direito. O fato de se estar cultivando a terra mostra que se cumpre a determinação de "producir, producir, producir", consigna peronista. Mais ainda:

14Arquivo Nacional, fundo GCPR, 47251/51.
[1]5Ver: arquivo Nacional, fundo GCPR, protocolo 47292/51.

todos deram filhos à pátria e estes já estudavam.

Vale lembrar, contudo, que os arrendatários na Argentina, de meados do século XX, tinham muitas vezes uma condição social mais favorável. Não eram como os nossos meeiros, que só possuíam de seu a força de trabalho. Muitas vezes, os argentinos detinham algum capital, instrumentos agrícolas, não sendo entretanto proprietários. Pode ser que esta razão ajude a explicar o exigir que, em certos momentos, encontramos nos textos produzidos na Argentina.

No outro processo, Emilio Macari, escrevendo desde Vitória Vieja, também na pobre província de Santiago Del Estero, mostra-nos uma história cafiquiana. Comprara um terreno junto ao Banco Hipotecário Nacional e, de repente, enquanto pagava, o campo foi adquirido por outra pessoa. Macari começou a pagar mais uma vez, agora a Agostín Rica. Após nove anos de pagamentos, surgia uma ordem de despejo contra a qual ele apelara. Seu advogado o instruíra para que pagasse, mas aos sessenta e quatro anos, Macari não tinha como. Com a ajuda de um senador pela província de Santa Fé, encaminhou sua carta anexando, inclusive, o recorte de jornal com a notícia de seu despejo. Muitos meses depois, a Secretaria de Assuntos Técnicos pedia informações ao governador sobre sua situação social, para que pudesse ser amparado pela Fundación Eva Perón. A resposta era que ele, embora tivesse excelentes hábitos, realmente devia nove anos de arrendamentos. O processo foi arquivado quatro anos depois de iniciado, por "perder oportunidad". Teria mesmo o senhor Macari pago duas vezes? Na pobre província Santiagueña, talvez não fosse tão difícil isso acontecer. O senhor Emílio tentou aqui uma outra mediação, um senador da República, a fim de evitar o despejo, mas pelo que analisamos não conseguiu.[16] Como vemos, é uma história de lutas frustradas, mas não é a história de um jogo ganho *a priori*.

No território do Chaco ainda encontramos outro confronto, desta vez envolvendo um pequeno agricultor e um posseiro (intruso, na linguagem da Argentina).[17] Salvador Prudêncio Monge enviara um telegrama em janeiro de 1947 explicando que adquirira a concessão de um lote em terras fiscais. Todavia, não conseguia desalojar Timoteo Macedo Sanchez, que se instalara na concessão desde o ano anterior. Agregava outras cartas. Para Darcena Foster, interventor na Direção Geral de Terras, Prudêncio dizia: "O senhor Jacinto Velásquez, funcionário da Direção de Terras, só não deve ter

[16] A carta de Adrian Chavez pode ser observada em: Archivo General de la Nación, Sección Peronista, caja 590, Processo 8113/53.
[17] A carta de Emilio Macari pode ser observada em: Archivo General de La Nación, sección Peronista, caja 570, Processo 9438/1950.

excluído o usurpador por falta de tempo material, mas isso não justifica que eu seja prejudicado em meus direitos. Um funcionário da nação não cumpre o seu dever".

Para a polícia, Prudêncio ainda foi mais explícito: "Quero evitar violência!" Mais ainda: agrega ao telegrama à Secretaria de Assuntos Técnicos, o resultado de uma audiência que tivera com Timóteo Sanchez na Direção de Terras em que ambos não chegaram a um acordo. Em sua carta à Direção de Terras, lembrava: "Não posso ser vítima da complacência de um funcionário."

Não temos uma resposta para o sr. Monge. Afinal, a área que conseguira era de trinta e cinco hectares no Chaco, território pobre, e não mobilizava tanto a atenção dos poderes de Buenos Aires.[18] Contudo, reafirmamos aqui o tom reivindicatório em lugar do pedido de caridade, tão comum em nosso país.

Mas não só conflitos de terra marcaram este período por nós analisado. O pedido de terra, muito comum no Brasil, mostra-nos um outro aspecto: o apropriar-se do discurso agora por outro objetivo: conquistar a terra que não se possui.

2 A Busca da Terra

Durante o Estado Novo, o discurso de Marcha para o Oeste mobilizava corações e mentes, e milhares de brasileiros acreditavam na possibilidade de reconstruírem sua vida no Oeste, e mesmo na Amazônia. A idéia de conseguir um lote de terras estava presente em uma grande quantidade de cartas por nós analisada. O mesmo não se dá numa Argentina mais urbanizada, onde havia ainda a possibilidade de mediadores como a Federación Agrária e os sindicatos rurais. Além do mais, na Argentina pampeana o arrendamento ainda era uma saída importante para quem desejava cultivar a terra.

Por isso, esta seção tem muito mais cartas do Brasil que da Argentina, mostrando aqui uma discrepância importante. No Brasil, os pedidos por nós encontrados têm, de modo geral, aquela noção já esboçada no item anterior: a de um roceiro pedindo ao seu Presidente uma "esmola", uma "caridade", enquanto na Argentina o tom é o de quem se queixa por um direito não atendido.

Comecemos pela carta de Nelson Limoeiro Castelo Branco, que escrevia de Belo Horizonte (Minas Gerais) em 1942. Ele apelava para a "bondade de seu coração", referindo-se a

[1]8Ver carta de Monge em: Archivo de La Nación Argentina Sección Peronista, cajá 570, Processo 7813/47.

Vargas que "sempre atende as solicitações justas". Explicava que tinha cinco filhos e, desempregado, recebera a proposta de um amigo que lhe oferecera um sítio, mas que não poderia deslocar-se. Pedia, então, um empréstimo em dinheiro. Lembremos que, neste caso, não se pede diretamente a terra, mas o meio para chegar a ela: "no meu fraco e humilde entender, não será inconveniente". Recorda Nelson. Otávio Rodrigues da Cunha, diretor da Divisão de Terras e Colonização, em nome de quem as cartas neste caso eram respondidas, oferece um lote na colônia agrícola de Goiás: "teria muito agrado em aceitar, mas não posso, por falta de recursos", respondia Nelson. No processo, Octávio reconhecia que "o senhor Nelson merece ser ajudado, mas não há recursos".[19]

Ainda de Belo Horizonte, no mesmo ano, escrevia Enéias de Couto. "Eu escrevi ano passado para Vossa Excelência dar um jeito de eu comprar uma fazenda, e Vossa excelência me respondeu para eu escrever para o Banco do Brasil. Eles disseram que não posso ter uma fazenda, por não ter terras para dar como hipoteca". Aqui mostra-se o que revela Sonia Regina de Mendonça. Embora houvesse um discurso oficial no sentido de que o Banco do Brasil facilitasse empréstimos a pequenos agricultores, estes acabavam não sendo atendidos. Enéias continuava: "Eu estou amolando Vossa Excelência para dar um jeito de eu comprar uma fazenda. Estou com doze filhos, em vésperas de treze e estou parado, sem jeito na cidade, e só tenho jeito com fazenda".

Enéias teve a resposta de que poderia ser localizado na colônia agrícola de Goiás, em uma área de cinqüenta hectares, bem menor do que uma fazenda. A idéia de acenar com uma remoção para as colônias parecia interessar a burocracia estadonovista, pois mantinha-se a esperança de quem escrevia, ainda que esta esperança fosse pouco factível.[20] O mesmo pode-se dizer a respeito da resposta a Vitório Souza da Costa. Escrevendo desde Jequiriçá (Bahia), com sua letra quase incompreensível nos conta sua vida. Nascera pobre e logo ficara órfão de pai. Trabalhava desde os nove anos de idade e casara-se aos vinte e um anos. Outra característica das cartas brasileiras é este hábito de contar-se a vida, talvez para tentar envolver emocionalmente o interlocutor. Vitório enfrentava dificuldades, pois sua mulher tivera problemas nos olhos. "Mesmo os médico fazendo caridade, gastei muito. Ela teve que percisá tirá um olho para não perder os dois". Mas, afinal, o que desejava Vitório? Um dinheiro emprestado para "comprar um pedacinho de terra. A terra não acaba. Mesmo que morra todos da minha família, Vossa

[19]9Ver: Arquivo Nacional, fundo gcpr, ministério da Agricultura, lata 396, Protocolo 13457/42.
[20]0Processo de Enéias Couto pode ser visto em: Arquivo Nacional, fundo GCPR, lata 397, Protocolo 13875/42. Quanto à dificuldade dos pequenos agricultores em conseguirem crédito CF: Mendonça, Sonia Regina de – A cooperativização do Estado, Niterói, Vicio de Leitura, 2001.

Excelência executa e fica com o terreno". Notemos o conhecimento que Vitório mostra. Certamente em sua vida já vira muita gente sendo executada, e imaginava uma relação direta com o Presidente.

A resposta em nome de Octávio Rodrigues da Cunha foi uma proposta: "O Ministério não tem recursos, mas estão sendo projetadas colônias agrícolas no Maranhão, Pará e Amazonas; se desejardes podeis inscrever-vos". [21]

Como alguém em tão delicada situação poderia lançar-se em uma viagem milhares de quilômetros Brasil adentro? Lembremos que afinal os núcleos foram mesmo constituídos nestes estados.Outro ponto a que a carta de Vitório nos remete é a idéia de família. O roceiro mostrava sua preocupação com o educar seus filhos. Esta noção está muito presente nas diversas cartas enviadas a Vargas por aqueles que pediam terras ou recursos finaceiros para comprá-las.

Os muitos filhos são sempre lembrados como uma razão para ser atendido. Manuel Brito, um nordestino que escreve de Penápolis (São Paulo), lembra a necessidade de cuidar seus dezessete filhos ao pedir recursos para comprar terras. João Gotardo, ao escrever de Cachoeiro do Itapemirim (Espírito Santo), lembrava seus dezoito filhos, onze menores, quando pedia um auxílio para aumentar sua fazenda. Américo Faria Lima, ao escrever de Itaperuna (Rio de Janeiro), anexava as certidões de nascimento de seus dez filhos. Provavelmente, a idéia de uma família grande, ideal incentivado pelo regime, poderia servir para mostrar que os pais já haviam dado filhos à Pátria, e agora pediam ao pai Getúlio que os amparasse para continuar cumprindo o seu dever. E qual a resposta burocrática nestes casos? Manuel foi consultado se desejava um lote no Paraná, na Colônia Marquês de Abrantes, próximo a Curitiba; e Américo, se queria um lote no núcleo de São Bento, na Baixada Fluminense. Ambos não responderam. Provavelmente tinham certeza das imensas dificuldades que aguardavam seus deslocamentos. Já no caso de João Gotardo, a resposta foi diferente, negando-se imediatamente qualquer possibilidade, pois nem o Ministério tinha terras no Espírito Santo, tão pouco convinha a vinda de todos para a Baixada Fluminense. Aqui, aliás, há uma diferença: Gotardo, bem ou mal, era proprietário, enquanto os outros dois aqui analisados não mostraram esta condição. Talvez para ele não se sentisse a

[21]Ver arquivo Nacional, GCPR, ministério da Agricultura, lata 397, protocolo 14789/42.

necessidade de manter a esperança acesa.[22]

Desta maneira, o regime Estadonovista não perdia o contato feito pelo rurícola, prática que não seria alterada durante o segundo governo Vargas. Neste momento, a maioria das cartas que pediam terras eram remetidas aos governos estaduais, pois sendo as terras devolutas pertencentes aos estados, estes teriam a função de administrá-las. De qualquer forma, encontramos algumas cartas que pediam terras ou meios para consegui-las. De Senhor do Bomfim (Bahia), João Benevides de Azeredo escrevia. Depois de desejar ao presidente boas festas de São João, explica: "Me esforço por vossa Vitória. Resido há quatorze anos neste termo, mas quero voltar à agricultura e sei que há uma grande área de terra devoluta pertencente à Ferrovia Leste do Brasil. Peço que Vossa Excelência dê a quem de direito ordem para me arrendar alguns alqueires". Embora não tenha sido atendido, pois a Leste informava que as terras eram necessárias aos trens (reflorestava-se e as madeiras serviam para alimentar as locomotivas), Benevides mostra uma clara noção do que fosse terra devoluta. Não seria apenas aquela que não tem dono, mas aquela que simplesmente não está sendo cultivada. Assim, o camponês demonstrava estar atento e procurava apropriar-se do discurso que valorizava a produção, ao lembrar seu esforço pela vitória do Presidente.[23]

Num outro pedido, Cristino Antonio Soares recorda-nos as solicitações de ajuda financeira. Lembrava que tinha dois filhos e não conseguira sequer registrá-los. Pedia auxílio em dinheiro para comprar terras, sendo-lhe recomendado procurar o Banco do Brasil. Assim, se o pedido era de apoio financeiro, ainda que para busca de terras, que se procurasse a referida entidade financeira.[24] Não encontramos um só pedido àquele Banco, vindo de pequenos ou médios proprietários, que tenha sido atendido. Salientemos, ainda, que durante o segundo governo Vargas não se costumava mais recomendar a busca de um lote no núcleo colonial ou colônia agrícola. As colônias de Goiás, Dourados, Maranhão, Pará e Amazonas já se encontravam estruturadas e não pareciam mais, como no período Estadonovista, ser o oásis imaginado.

Se as cartas escritas a Vargas pedindo terras continuavam a ter aquela marca da caridade

[22]A carta de Manuel Brito pode ser analisada em: Arquivo Nacional, GCPR, Ministério da Agricultura, lata 331, Protocolo 15782. A carta de Américo Faria Lima pode ser avaliada em Idem, ibidem, lata 397 protocolo 14587/42. Já o texto de Gotardo pode ser lido em: idem, ibidem, lata 398, Protocolo 15432.
[23] Arquivo Nacional, fundo GCPR, protocolo 47278/51.
[24]Ver a carta de Cristino em: Arquivo Nacional, representações de classe lata 171, Protocolo 14768/53.

que se esperava encontrar no Presidente, como seria o comportamento campôneo na Argentina peronista? Nas pesquisas por nós realizadas, ainda incompletas, encontramos apenas dois pedidos de terras na correspondência enviada a Perón. De Los Sosa, em Santiago Del Estero, David Benito Eredia escrevia expondo: "Fiz em 1952 um pedido de terras que não foi atendido. Trabalho em uma fazenda há vinte e três anos para o senhor Segundo Cruz, pessoa endinheirada. Ocupa uma terra que não lhe corresponde, porque não trabalha nem paga impostos. Quero cumprir a ordem de nosso líder, que é a terra para quem trabalha. Tenho alguns instrumentos e com minha esposa e dez filhos posso pagar".

A carta é rara, mas significativa: os muitos filhos não são apresentados aqui como um sinal de que deve ser ajudado, mas sim de que são uma condição para pagar, pois aumentarão o trabalho e a renda da terra. O senhor Segundo Cruz, que já tem outro campo e é "persona endiñerada", não deve ficar com a propriedade só por ter o título da terra. A terra deve pertencer a quem trabalha e pode torná-la útil. O discurso de que a terra não é bem de renda, sim de trabalho, ecoava nos campos argentinos. Outro ponto: Eredia escreve ao Ministro de Assuntos Técnicos, Raul Mend, não a Perón, mas usa o nome do Presidente para fazer sua reivindicação. Não se trata aqui de um pedido que a autoridade atenderá conforme a sua generosidade, mas de uma reivindicação justa, que pode e deve ser atendida.[25] Numa carta enviada ao pai do Secretário de Assuntos Técnicos, Raul Mend, desde a patagônica província de Rio Negro, Alcebíades Azevedo escrevia reclamando uma audiência com o mesmo e o Presidente. Queixava-se contra a situação da distribuição de terras na região. "O general Perón tem homens cuja moral é uma montanha sólida, mas outros que nem tanto. Ao coronel Moreno acomodaram com cinco léguas de campo, e o campo que eu quero foi requisitado pelo exército. Se não houver uma intervenção decisiva, serei excluído." Como na distante Amazônia brasileira, a Patagônia Argentina seria lugar de disputa de terras, e as queixas contra a redistribuição se fariam ouvir. [26] Nos casos aqui tratados, a reação burocrática variou: Benito Eredia teve a recomendação de procurar o Ministério da Agricultura. Já a carta de Azevedo não foi tratada até porque, para todos os efeitos, era uma carta particular ao pai do Secretário de Assuntos Técnicos.

Repete-se aqui o padrão de um discurso qu,e no Brasil de Getúlio, evoca a caridade, e na Argentina de Perón, o tom reivindicatório.

3. Enxadas, Hospitais e Tudo o Mais: os pedidos diversos da roça

[25] Archivo General de la Nación cajá 90, processo 1792/53.
[26] Ver carta de Alcebíades em: Idem, cajá 587, Processo 1492/53.

Agora analisaremos sucintamente os pedidos mais diversos que vinham do meio agrário, mas que os camponeses mostravam ser extremamente necessários ao desenvolvimento de seu trabalho. Aqui, no caso brasileiro durante o Estado Novo, encontramos mesmo alguns pedidos atendidos. De Guararapes (São Paulo), Santos Favaroni, um italiano que vivia há quarenta e três anos no Brasil, escrevia explicando suas dificuldades. Fazia um histórico contando das fazendas em que trabalhou, e que agora vendo a velhice chegada, não vislumbrava possibilidades de progresso, pois seus filhos, muitos estavam doentes: "se eu faltar, como se arrumam meus filhos". Sua carta tinha menos o caráter de um pedido pessoal que o de um protesto contra as condições de vida dos trabalhadores do campo. "Ao operário tudo é descontado a risco." Mas lembrava: "Vossa Excelência pode fazer chegar algum conforto à choupana, trazendo regulamentação do trabalho, assistência médica e dentária, escola noturna para que se criem filhos mais úteis à Pátria". O interessante na carta de Favaroni é que seu processo foi à seção paulista do Fomento Agrícola. Um técnico foi a Guararapes, entrevistou o missivista, constatou que seus filhos tinham mesmo o amarelão (tão comum Brasil afora), e indicou que recebesse por um ano instrumentos agrícolas, o que de fato foi feito, conforme as guias encontradas no processo.[27]

Outro atendido durante o Estado Novo foi João Bernardo, que escrevia da pequena São Felipe (Espírito Santo). Bernardo explicava que via suas enxadas se acabando e não podia comprar novas, pois seu preço era muito alto. "Não venho ser importuno, nem fazer-lhe um pedido humilhante". Bernardo conseguira seu objetivo. Podemos imaginar, entre tantas cartas que tinham uma resposta negativa, o impacto na pequena São Felipe do sucesso de João Bernardo. Para a burocracia central do Catete, seria importante instrumento propagandístico o atendimento do pedido de um roceiro já que, com efeito, havia no orçamento recursos para tanto.

Durante o segundo governo Vargas, as cartas continuavam chegando. Agora, entretanto, vemos um número maior de fazendeiros utilizando sua condição de trabalhadores para conseguirem seus objetivos. Dona Hermelina Pereira Ramos escreve desde Itapevi (Bahia) expondo seu drama. Estava com cacaueiros devorados pela seca e não tinha como conseguir crédito. "A fome e a nudez está em minha porta como um homem armado", lembrava a mulher,

[27] Arquivo Nacional GCPR, lata 331 protocolo 13548/41.

afirmando que ela e seus dez filhos davam seus "votos de todo coração ao Dr. Getúlio". A carta foi ao Banco do Brasil que esclarecia não poder emprestar para pagar dívidas o que, como vimos, parece ter sido o padrão do Banco durante o período estudado.[28]

Um outro pedido que costumava a chegar durante aqueles anos era o relativo ao descumprimento dos contratos. Da pequena Lucélia (São Paulo) chega a carta de um grupo de arrendatários liderados por Jerônimo Cabral, com um abaixo-assinado que é trazido ao Catete. Explicam que tinham feito um contrato, pelo qual pagariam vinte por cento do algodão colhido no fim da safra. Naquele momento, contudo, um preposto do fazendeiro Max Wite, queria cobrar trinta e cinco arrobas de cada arrendatário. "Agora medite Vossa Excelência, como pagar trinta e cinco arrobas se já temos dívidas?". Os abaixo-assinados convidavam um representante de Vargas para ir a Lucélia "ver a miséria que estamos passando". A resposta foi que não havia lei específica para contratos de arrendamento rural, ainda que tramitasse um projeto neste sentido na Câmara de Deputados.[29] Assim, mantinha-se a prática. Não se deixavam as cartas sem resposta, mas era raro o atendimento dos pedidos.

Não poderíamos, antes de passar às cartas argentinas, deixar de comentar a missiva de Eliza da Silva Lessa. Escrevendo de Hervália, região de Viçosa (Minas Gerais), ela inicia dizendo: "Dr. Getúlio Vargas, pai dos que não tem pai. Eu que não tenho pai nem irmão, peço que tenha dó de mim." Em sua letra quase incompreensível, ficamos sabendo que trabalhou muito duro para conquistar sua pequena propriedade ao lado de sua mãe. Mas o fazendeiro Custódio José de Barros, um "milhonar" no dizer dela, inundou suas terras, e quando Elisa foi à Justiça, não conseguiu que Custódio a indenizasse. Posteriormente, foi espancada junto com sua mãe por dois empregados e dois meeiros de Custódio, que teria gritado: "Pode matar que eu tenho dinheiro para defender vocês". Elisa foi ao Promotor de Justiça, mas este teria afirmado que: "eu sou pobre, muito facinha e só quando ele cometê um crime é que pode chamar ele." Elisa pedia que o Presidente mandasse um oficial para ver aquela injustiça. Vargas aqui está transfigurado em pai, única possibilidade de acesso à Justiça que, como ainda hoje sabemos, está muito mais próxima dos potentados locais. Elisa tenta quebrar a lógica, chamando para ela o "pai dos que não tem pai". O processo dela foi a Minas e voltou com a informação de que, afinal, tinha sido feito o inquérito e o mesmo seguira para Viçosa. Em Elisa vemos que muitos rurícolas humildes começavam a perceber no Presidente a saída para problemas que seriam insolúveis. Por outro lado, a burocracia,

[2]8 A carta de D. Hermilina pode ser encontrada em: Arquivo Nacional, GCPR, lata 171 protocolo 15689/53
[2]9 Ver arquivo Nacional, GCPR, 44134/51

mesmo com o federalismo restaurado, continuava atenta às cartas da roça. Era importante não perder o contato.[30]

Na Argentina, encontramos a carta de Mauricio Cecílio Lemos. Desejando voltar de Buenos Aires para Santiago Del Estero, escrevia pedindo um motor, uma bomba, vinte metros de cano e um caminhão. "Eu e minha família não temos capital, mas muita vontade de servir ao país." Mauricio tentava aproveitar o discurso oficial de volta ao campo e valorização da produção, em plena época de necessidade de aumentar as exportações. Foi-lhe respondido que se dirigisse aos órgãos de fomento, mas que todos os esforços voltavam-se para os inscritos no Plan Agrário Eva Perón.[31]

De Langueta, o presidente do Sindicato Único del Trabajo Rural e Estivadores, Nicolas Spivac, explicava que o que mais necessitavam era um hospital: "não temos médico, nem hospital, nem farmácia. O único médico é um caudilho radical, portanto, contra nós. Nós não queremos ficar sob um carniceiro que não gosta dos pobres." A expressão *caudilho radical* remete à idéia de que o médico era líder local da Unión Cívica Radical, maior partido de oposição a Perón. Não encontramos aqui uma resposta.[32]

Finalmente, temos o texto de Salomón Isa. Escrevendo desde Cipoleti no antigo território de Rio Negro, ele conta seus tormentos. Comprara a Juan Ibar uma quinta de três hectares, pagando quatro mil pesos e deixando dois mil para pagar quando tivesse colheita. Em 1935 foi preso, acusado de homicídio, e deixou seu meeiro José Ale, que continuou trabalhando. Dois anos depois, Pedro Ibar, filho de Juan, expulsou o meeiro de Salomón e colocou em seu lugar um arrendatário, Felipe Tossoni. "Isso ocorreu porque naquele tempo não existia a chamada justiça e o poderoso fazia com o trabalhador o que queria." Acrescentava uma carta à Evita, onde pedia sua intervenção. Sendo Rio Negro território nacional, o processo de Salomón voltou ao território e foram tomados depoimentos dele, de Ibar e do filho de Felipe, Mariano Tossoni. Afinal concluiu-se que já havia um processo na Justiça movido por Salomón, e nada se podia fazer enquanto o mesmo não fosse concluído. De qualquer forma, é importante lembrar que um trabalhador que se sentisse esbulhado em suas terras, tentava agora um recurso extremo, junto ao

[30] Ver: Arquivo Nacional GCPR 1226/52
[31] Archivo de La Nación Argentina, caja 503, processo 7452/52.
[32] Archivo de la Nación Argentina, caja 503, processo 6583/52.

presidente, a fim de melhorar sua "triste e pobre vida".[33]

Conclusão

Durante o varguismo e o peronismo, ambos os regimes propagavam a noção de que era possível o Presidente atender aos reclamos dos trabalhadores, sem necessidade de intermediários. A ação governamental direta poderia, dentro de certos limites, resolver problemas das mais variadas naturezas. Neste trabalho, não analisamos cartas vindas do meio urbano, a não ser que elas tivessem qualquer conexão com o meio agrário. E estas conexões não faltaram. Na cidade, muitos pensavam que uma volta ao campo poderia remediar seus problemas. No campo, o roceiro dentro do que sustenta Thompson (1998), buscava resolver seus problemas utilizando a lei ou, quando esta não o favorecia, apelando para o espírito de justiça e (principalmente no Brasil), de caridade do seu governante.

Se na maioria dos casos os pedidos não eram atendidos, especialmente em nosso país, a burocracia central tinha o cuidado de não deixar a carta sem uma resposta. A resposta às vezes acenava para uma possibilidade, provavelmente com a intenção de não decepcionar de todo o missivista, e mostrar que o Estado estava atento ao seu problema. Na Argentina, muitas vezes a carta não chegava a formar um processo, mas saliente-se a resposta, que indicava muitas vezes o órgão certo a procurar. Desta maneira, procuramos demonstrar que os trabalhadores do campo, por menos organizados em entidades que fossem, começaram a perceber a nova estrutura de poder que se formava em seus países, como uma alternativa viável para solucionar suas duras condições de vida. Acreditaram e tentaram, apropriando-se do discurso governamental, encontrar saídas para questões que, nos planos local ou regional, simplesmente não existiam. A partir desta ação acabaram, ainda que por via transversa, incorporando-se ao modelo de cidadão que as burocracias centrais imaginavam. Cidadãos conscientes de seus direitos e, principalmente, confiantes em seus governos.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. 1993. São Paulo: Companhia das Letras.

CAPELATTO, Maria Helena. **Multidões em Cena**. 1998. São Paulo: EDUSP..

DEVOTO Fernando; FAUSTO, Boris. 2005. **Brasil e Argentina: Um Ensaio de História Comparada**. São Paulo: Companhia das Letras..

FERREIRA, Jorge. 1995. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. 1998. **Terra Prometida**. Rio de Janeiro: UFRJ.

33 Ver Archivo Intermédio, Cajá 90, Processo 71808.

REIS, José Roberto Franco. 2002. **Não há mais intermediários entre o Governo e o Povo**. Campinas, Unicamp. [Tese de Doutorado].

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. 2006. **A Roça y la Campaña:** a questão agrária face ao Varguismo e ao Peronismo. Niterói, UFF. [Tese de Doutorado].

THOMPSON, E. P. 1998. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Companhia das Letras.

This document was created with Win2PDF available at http://www.win2pdf.com.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.